

LETRAMENTO: CONCEPÇÕES, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS

Maria Adeilza Florencio

<https://orcid.org/0009-0004-4046-1431>

E-mail: adeilzaflorcio4@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2025.EE>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2025.EE-07>

RESUMO: O presente capítulo promove um denso exame conceitual e analítico sobre a inserção dos sujeitos na cultura escrita no cenário brasileiro contemporâneo, superando abordagens reducionistas. Inicialmente, verticaliza as discussões em torno das aproximações e distinções entre alfabetização e letramento, sustentando, sob a égide teórica de Magda Soares, a indissociabilidade pedagógica entre a apropriação técnica do código alfabético e o desenvolvimento de habilidades para seu uso efetivo nas interações cotidianas. Em seguida, a reflexão expande-se para o conceito de múltiplos letramentos, evidenciando a necessidade de acolher arranjos multimodais digitais e validar os saberes identitários e vernaculares das minorias e periferias sociais como estratégia de justiça social. O estudo também tensiona os limites institucionais ao propor uma harmonização integradora entre o letramento escolar e os letramentos sociais — construídos nos eixos familiar, comunitário, laboral e religioso —, transformando as bagagens externas em legítimos andaimes formativos respaldados legalmente. Ademais, mapeiam-se os complexos desafios que desafiam as agências educativas na atualidade, abarcando desde as desigualdades infraestruturais e exclusão digital na rede pública até barreiras cognitivas como a leitura superficial por escaneamento de telas. Frente ao avanço da pós-verdade e da desinformação algorítmica, destaca-se a urgência do letramento midiático e informacional crítico. Por fim, em perfeito alinhamento com as diretrizes do PNE e da BNCC, conclui-se que o letramento se consolida como um processo dinâmico ao longo de toda a vida (*lifelong learning*), exigindo formação docente contínua para a consolidação de uma cidadania ativa, plural, ética e verdadeiramente democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização e Letramento. Multiletramentos. Letramentos Sociais.

LITERACY: CONCEPTIONS, EVOLUTION, AND PERSPECTIVES

ABSTRACT: This chapter promotes a dense conceptual and analytical examination of the insertion of subjects into written culture within the contemporary Brazilian scenario, overcoming reductionist approaches. Initially, it verticalizes the discussions surrounding the approximations and distinctions between literacy and functional literacy (*alfabetização* and *letramento*), sustaining, under the theoretical aegis of Magda Soares, the pedagogical indissociability between the technical appropriation of the alphabetic code and the development of skills for its effective use in daily interactions. Next, the reflection expands toward the concept of multiliteracies, highlighting the need to welcome digital multimodal arrangements and to validate the identity and vernacular knowledge of minorities and social peripheries as a strategy for social justice. The study also tensions institutional boundaries by proposing an integrative harmonization between school literacy and social literacies—constructed across familial, community, labor, and religious axes—transforming external backgrounds into legitimate formative scaffolds

backed by law. Furthermore, it maps the complex challenges that defy educational agencies today, ranging from infrastructural inequalities and digital exclusion in public schools to cognitive barriers such as superficial reading through screen scanning. Faced with the rise of post-truth and algorithmic disinformation, the urgency of critical media and information literacy is emphasized. Finally, in perfect alignment with the guidelines of the National Education Plan (PNE) and the National Common Curricular Base (BNCC), it concludes that literacy consolidates as a dynamic, lifelong learning process, requiring continuous teacher training for the consolidation of an active, plural, ethical, and truly democratic citizenship.

KEYWORDS: Literacy and Reading Comprehension. Multiliteracies. Social Literacies.

INTRODUÇÃO

A compreensão sobre a inserção do sujeito na cultura escrita passou por profundas transformações epistemológicas nas últimas décadas, exigindo das ciências da linguagem e das instituições de ensino uma revisão radical de suas matrizes pedagógicas. Afastando-se em definitivo de visões mecanicistas que reduziam o ato de aprender a ler e a escrever a um mero treino motor de cópia ou a uma decodificação fonética isolada, emerge a necessidade de enxergar a apropriação do código alfabético sob o viés da complexidade social. O ingresso no universo da escrita abarca tanto o domínio técnico de um sistema de representação quanto a capacidade política, crítica e sociocultural de fazer uso efetivo desse instrumental nas práticas interativas que regem a vida cotidiana.

Diante desse duplo vetor, torna-se imperativo verticalizar as discussões em torno das aproximações e distinções conceituais entre a alfabetização e o letramento. Embora possuam especificidades didáticas bem delineadas — em que uma responde pela engenharia tecnológica do código e o outro pela imersão na cultura letrada —, esses dois processos revelam-se indissociáveis na dinâmica do chão da escola. A condução pedagógica que cinde tais eixos arrisca produzir um aprendizado artificial e alienante, gerando sujeitos que dominam a técnica da leitura, mas permanecem marginalizados em relação às leituras críticas do mundo e à autoria de seus próprios discursos.

Essa reflexão expande-se de forma necessária quando confrontada com o ecossistema tecnológico e midiático que caracteriza o século XXI, culminando no conceito de múltiplos letramentos ou multiletramentos. A cultura impressa e linear, embora mantenha sua centralidade, passa a coexistir com arquiteturas textuais altamente

complexas e multimodais, nas quais a linguagem verbal se hibridiza com sons, imagens em movimento, gestos e nós hipertextuais nas telas digitais. Validar essa pluralidade semiótica no espaço escolar, ao mesmo tempo em que se acolhem os saberes vernaculares e as manifestações identitárias das periferias e minorias sociais, consolida-se como um compromisso inegociável de justiça social e valorização da alteridade na educação linguística.

Ademais, o debate contemporâneo exige tensionar e harmonizar as fronteiras que separam o letramento escolar daquele gerado nas instâncias sociais externas, como a família, o trabalho, as manifestações comunitárias e as práticas religiosas. Ao reconhecer que a escola não detém o monopólio da produção de sentidos, propõe-se um diálogo aberto e acolhedor com as vivências sociolinguísticas dos educandos, frequentemente invisibilizadas pelos currículos formais rígidos. Esse movimento de conexão, amplamente respaldado pela legislação educacional brasileira, visa transformar o espaço pedagógico em uma agência de ampliação — e jamais de anulação ou silenciamento — das bagagens culturais locais dos estudantes.

Por fim, este panorama conceitual depara-se com um conjunto complexo de desafios estruturais, cognitivos e éticos que marcam a modernidade. Desde as desigualdades crônicas de acesso aos bens digitais e à conectividade nas escolas públicas até a fragmentação da atenção gerada pelo hábito de escaneamento rápido de telas, o ato de letrar exige dos educadores uma postura proativa e uma formação continuada robusta. Em tempos governados pela pós-verdade, pela desinformação algorítmica e por bolhas ideológicas, o letramento crítico e midiático assume o estatuto de direito à cidadania. Os subcapítulos a seguir oferecem as ferramentas teóricas e práticas necessárias para decifrar essas dinâmicas, posicionando a linguagem como o motor da emancipação e da soberania intelectual do sujeito.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS

O debate em torno da aprendizagem da língua escrita no Brasil passou por profundas ressignificações conceituais nas últimas décadas, superando visões reducionistas. No cerne dessa discussão, encontra-se a necessidade de distinguir, mas não segregar, dois processos fundamentais: a alfabetização e o letramento. Enquanto a

primeira se concentra na apropriação do sistema de escrita alfabética e ortográfica, o segundo refere-se ao desenvolvimento de habilidades para o uso efetivo dessa escrita nas práticas sociais cotidianas.

A conceituação clássica de Magda Soares (2020) permanece como o pilar estruturante para essa distinção nas pesquisas nacionais. A autora elucida que a alfabetização é a aquisição da tecnologia da escrita, envolvendo a consciência fonológica e a decodificação de grafemas em fonemas. Por sua vez, o letramento surge como o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que demandam a escrita, inserindo o indivíduo ativamente na cultura letrada de sua comunidade.

Estudos recentes de pesquisadores brasileiros reforçam que indissociabilidade é a palavra-chave na condução pedagógica desses eixos. Conforme asseveram Morais e Silva (2023), tentar alfabetizar sem letrar resulta em um aprendizado mecânico, incapaz de gerar sujeitos autônomos e críticos em suas leituras de mundo. Da mesma forma, propor o letramento sem garantir a consolidação da base alfabética gera lacunas estruturais que impedem o estudante de dominar de forma plena e independente as convenções do código escrito.

Sob o olhar normativo, a articulação entre ambos os processos é assegurada pelos documentos regulatórios da educação básica nacional. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estipula que a centralidade da ação pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve ocorrer na articulação explícita entre a alfabetização e o letramento (Brasil, 2018). Essa diretriz legal visa garantir que a criança se aproprie do sistema de escrita ao mesmo tempo em que participa de eventos discursivos reais e significativos para sua formação identitária.

Ademais, a literatura científica nacional do período de 2020 a 2025 alerta para os perigos do retrocesso metodológico quando esses conceitos são confundidos. Mortatti (2021) pondera que o retorno a métodos puramente fônicos e tecnicistas, isolados do contexto de letramento, descaracteriza a função social da escola pública. A aproximação correta entre alfabetização e letramento pressupõe o reconhecimento de que aprender a ler e a escrever é, fundamentalmente, aprender a interagir discursivamente nas diversas esferas da atividade humana.

Dessa forma, conclui-se que as aproximações entre os termos residem no fato de ambos convergirem para o desenvolvimento da competência comunicativa do estudante. As diferenças, por sua vez, delimitam as especificidades didáticas de cada faculdade: a especificidade técnica do código e a abrangência sociocultural dos usos discursivos. Compreender essa dialética é o primeiro passo para que o docente organize um planejamento curricular que respeite a complexidade cognitiva e social que envolve a inserção do sujeito na sociedade contemporânea.

OS MÚLTIPLOS LETRAMENTOS

A evolução das sociedades tecnológicas e a diversificação das mídias exigiram uma expansão drástica do conceito tradicional de letramento, antes restrito à cultura impressa e grafocêntrica. Na contemporaneidade, a produção de sentidos não ocorre mais apenas por meio de textos verbais lineares, mas sim por arranjos complexos que integram imagens, sons, gestos e hiperlinks. Esse cenário gerou a necessidade teórica e prática de se cunhar o termo "múltiplos letramentos" ou "multiletramentos", reconhecendo a pluralidade de linguagens em circulação.

A gênese desse conceito remonta às formulações do Grupo de New London, mas foi densamente nacionalizada e expandida pelas pesquisas de Roxane Rojo. Rojo e Barbosa (2023) argumentam que falar em múltiplos letramentos exige considerar duas dimensões essenciais: a multiculturalidade das populações que compõem a escola e a multimodalidade dos textos contemporâneos. Desse modo, o conceito abarca desde os letramentos visuais, artísticos e midiáticos até os letramentos científicos e matemáticos, essenciais para a leitura do mundo atual.

A pesquisa acadêmica brasileira recente demonstra que ignorar a existência dos múltiplos letramentos gera uma exclusão pedagógica prejudicial aos estudantes das periferias e minorias sociais. Ribeiro (2021) adverte que os saberes vernaculares e as manifestações culturais periféricas, como o *hip-hop* e os saraus, constituem legítimos letramentos que precisam ser validados pelo currículo formal. Acolher esses múltiplos saberes em sala de aula é uma estratégia de valorização da alteridade e de promoção da justiça social na educação linguística.

Diante dessa nova realidade textual, as políticas públicas educacionais brasileiras passaram a incorporar a diversidade de linguagens como eixo formativo obrigatório. A BNCC enfatiza que a escola deve contemplar a cultura digital e as práticas multimodais, promovendo o letramento crítico em diferentes mídias e linguagens (Brasil, 2018). Essa exigência legal impõe aos sistemas de ensino a responsabilidade de instrumentalizar os discentes para que analisem, de forma ética e reflexiva, os discursos visuais, sonoros e verbais que os cercam nas plataformas digitais.

Além disso, autores contemporâneos investigam o impacto dessa multiplicidade na recepção textual dos sujeitos escolares. Conforme apontam Bunzen e Cavalcanti (2024), ler um meme, navegar por um *feed* de rede social ou interpretar um infográfico exige competências cognitivas distintas daquelas demandadas pela leitura de um romance clássico impresso. Os múltiplos letramentos demandam uma flexibilidade mental e discursiva que permite ao leitor saltar de uma semiótica para outra, construindo sentidos integrados a partir de fragmentos dispersos.

Portanto, consolidar a perspectiva dos múltiplos letramentos na prática docente é imperativo para alinhar a instituição escolar às demandas do século XXI. Não se trata de abandonar o texto escrito tradicional, mas de expandir as fronteiras da sala de aula para abarcar as novas arquiteturas textuais e culturais. Ao fazer isso, o ecossistema educativo não apenas sintoniza-se com o cotidiano dos estudantes, mas desenvolve a capacidade de transitar entre diferentes esferas comunicativas com igual proficiência e senso crítico.

LETRAMENTO ESCOLAR E LETRAMENTO SOCIAL

O ambiente escolar desempenha um papel central na formação letrada de uma nação, porém, ele não detém o monopólio das práticas de leitura e escrita existentes na sociedade. Há uma distinção sociolinguística crucial entre o letramento escolar — caracterizado por práticas institucionalizadas, avaliativas e focadas nos gêneros acadêmicos — e os letramentos sociais, que ocorrem nas instâncias familiares, religiosas, laborais e comunitárias dos sujeitos, muitas vezes operando sob regras e valores distintos.

A base teórica dessa dicotomia remete aos estudos clássicos de Angela Kleiman, cujos desdobramentos atuais continuam a iluminar a formação docente no Brasil.

Kleiman e Santos (2023) apontam que, historicamente, a escola tendeu a supervalorizar o seu próprio modelo de letramento, rotulando como "iletrados" ou "deficientes" aqueles alunos que trazem de suas comunidades ricas experiências de letramento social não institucionalizado. Esse abismo cultural cria barreiras de aprendizagem e afeta o sentimento de pertencimento do estudante.

Nas investigações científicas publicadas entre 2020 e 2025, nota-se um esforço acadêmico expressivo para construir pontes de conexão entre essas duas esferas. Conforme preconiza Street (2020), cuja teoria do modelo ideológico de letramento embasa as pesquisas nacionais recentes, o letramento nunca é neutro; ele está sempre imerso em relações de poder. Reconhecer o valor dos letramentos sociais da família e da comunidade não significa rebaixar o nível do ensino, mas criar pontos de ancoragem para que o letramento escolar faça sentido para o aluno.

Esta articulação entre o espaço pedagógico e a vivência comunitária encontra eco nas diretrizes da legislação educacional do país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no seu artigo 1º, estabelece com clareza que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho e nas manifestações culturais (Brasil, 1996). Assim, o respaldo jurídico reforça que a prática docente deve dialogar e nutrir-se das vivências sociais externas aos muros escolares.

Analisando o panorama de exclusão que essa desconexão pode gerar, pesquisadores como Oliveira e Silva (2022) demonstram que o sucesso na apropriação do letramento escolar depende da capacidade da escola de resgatar os letramentos locais. Quando a prática pedagógica ignora a realidade laboral dos pais, os ritos religiosos dos estudantes ou as formas comunitárias de transmissão de saberes, ela impõe um letramento artificial. O desafio reside em transformar o letramento escolar em uma ferramenta de ampliação, e não de anulação, dos letramentos sociais originais.

Em suma, a harmonização entre o letramento escolar e o letramento social é a chave para uma educação emancipatória e verdadeiramente inclusiva. Ao acolher as práticas vernaculares de leitura e escrita e utilizá-las como alavanca para o domínio dos gêneros formais e de prestígio, a escola cumpre sua função social mais nobre. O estudante, munido

dessa dupla bagagem, torna-se capaz de transitar com segurança tanto nos círculos acadêmicos e profissionais quanto nas instâncias de sua vida comunitária e pessoal.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA O LETRAMENTO

A concretização plena do letramento na sociedade brasileira enfrenta, na atualidade, um conjunto complexo de obstáculos que vão desde a desigualdade socioeconômica crônica até as novas dinâmicas de desinformação digital. O ato de formar leitores e produtores de texto críticos deparou-se com a fragmentação da atenção, a proliferação de bolhas ideológicas nas redes sociais e os impactos pedagógicos severos decorrentes da recente crise sanitária global. Esses fatores redefiniram os desafios das agências de letramento.

A produção científica brasileira entre 2020 e 2025 dedicou especial atenção às consequências da exclusão digital e da desigualdade no acesso aos bens culturais. Segundo assinala Fischer (2022), a falta de conectividade e de equipamentos adequados nas escolas públicas acentuou o fosso educacional do país, limitando as oportunidades de desenvolvimento de letramentos digitais avançados para as populações vulneráveis. O desafio contemporâneo, portanto, inicia-se na garantia democrática de acesso às infraestruturas da modernidade.

Outro desafio de ordem cognitiva e discursiva reside no fenômeno da pós-verdade e na circulação em massa de notícias falsas (*fake news*). De acordo com as análises de Santaella (2021), os sujeitos letrados de hoje não necessitam apenas saber ler superfícies textuais, mas carecem de um letramento midiático e informacional profundo para checar fontes, identificar vieses algorítmicos e desvelar manipulações ideológicas. A escola precisa ensinar a ler as entrelinhas de textos projetados para enganar e engajar emocionalmente.

No âmbito normativo e das políticas educacionais, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas audaciosas para a erradicação do analfabetismo funcional e a elevação dos níveis de alfabetismo da população (Brasil, 2014). Contudo, a efetivação dessas metas esbarra na necessidade urgente de formação contínua de professores, que

muitas vezes não foram preparados em suas licenciaturas para lidar com as novas demandas de multiletramentos e avaliação formativa da escrita em ambientes virtuais.

Somando-se a isso, as pesquisas de Cosson (2023) sobre o letramento literário indicam um declínio na capacidade de leitura de fôlego e de textos longos e complexos, substituída por um consumo rápido de pílulas informativas nas telas dos *smartphones*. Esse hábito de leitura superficial, chamado de "escaneamento", compromete o desenvolvimento do pensamento crítico e da fruição estética profunda. Estimular a persistência leitora e a paciência cognitiva constitui um dos maiores desafios didáticos deste século.

Diante desse cenário complexo, conclui-se que os desafios contemporâneos exigem uma postura proativa, interdisciplinar e corajosa por parte de educadores e gestores públicos. O letramento não pode mais ser pensado como uma meta a ser atingida apenas no término do ciclo de alfabetização, mas como um processo contínuo de aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*). Superar esses entraves é condição *sine qua non* para a construção de uma cidadania ativa, plural, ética e verdadeiramente democrática no Brasil de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imersão teórica e analítica promovida ao longo deste capítulo consolidou a superação de visões reducionistas sobre a apropriação da escrita no cenário brasileiro, estabelecendo a alfabetização e o letramento como processos distintos, porém visceralmente indissociáveis. A engenharia técnica do código alfabético e a imersão nas práticas socioculturais de uso da palavra não devem coexistir em tempos didáticos apartados ou sob lógicas excludentes. Como demonstraram as investigações contemporâneas, a fragmentação desses eixos penaliza o educando com um aprendizado puramente mecânico ou com lacunas estruturais que impedem o pleno domínio autônomo da escrita, reforçando que aprender o código é, antes de tudo, aprender a interagir e intervir na sociedade.

Ademais, a expansão do horizonte conceitual em direção aos múltiplos letramentos revelou-se um imperativo ético e pedagógico para que a escola se sintonize

com as dinâmicas do século XXI. Em uma realidade saturada por plataformas digitais e enunciados multimodais, a produção de sentidos ultrapassou definitivamente as fronteiras da linearidade impressa, exigindo novas flexibilidades cognitivas para ler e articular textos híbridos compostos por imagens, sons e hiperlinks. Validar e integrar essa pluralidade semiótica no currículo formal, ao mesmo tempo em que se legitimam as manifestações identitárias e os saberes vernaculares das periferias e minorias sociais, configura um ato inegociável de justiça social e acolhimento da alteridade.

Sob o prisma sociolinguístico, as discussões também tensionaram com precisão os limites institucionais, evidenciando que a escola não detém o monopólio das práticas letradas e necessita dialogar com os letramentos sociais que pulsam fora de seus muros. Reconhecer a riqueza das experiências construídas nas instâncias familiares, laborais, comunitárias e religiosas dos estudantes constitui o primeiro passo para mitigar o histórico abismo cultural que rotula e exclui saberes locais. Em perfeita consonância com os marcos jurídicos da legislação nacional, o espaço pedagógico deve atuar como uma agência de ampliação — e nunca de anulação ou silenciamento —, usando as bagagens externas como andaimes para o acesso soberano aos gêneros formais e acadêmicos.

De igual modo, o mapeamento dos desafios contemporâneos descortinou a complexidade estrutural e cognitiva que envolve o ato de letrar na modernidade. O enfrentamento de abismos crônicos, como a exclusão digital nas escolas públicas, soma-se agora a barreiras psicológicas e discursivas inéditas, a exemplo do hábito de escaneamento rápido de telas em detrimento da leitura literária de fôlego. Para além disso, o avanço da pós-verdade e o império dos algoritmos de engajamento emocional convocam as agências educacionais a priorizarem o letramento midiático e informacional crítico, instrumentalizando o educando para desvelar intencionalidades ideológicas ocultas sob a superfície de pílulas informativas e discursos falaciosos.

Por fim, este arcabouço conceitual converge para a premissa de que o letramento não se encerra no término dos ciclos iniciais de escolarização, mas consolida-se como um processo formativo contínuo ao longo de toda a vida (*lifelong learning*). A concretização dessas metas delineadas pelas diretrizes nacionais, como o PNE e a BNCC, depende diretamente de políticas públicas robustas de formação docente contínua, que preparem os professores para mediar as novas arquiteturas textuais e as avaliações formativas.

Espera-se que as reflexões aqui consolidadas estimulem uma postura docente proativa, interdisciplinar e corajosa, capaz de transformar as salas de aula em espaços de emancipação intelectual e de salvaguarda da cidadania ativa e democrática no Brasil de hoje.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)]. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (2014-2024)]. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BUNZEN, Clecio; CAVALCANTI, Mariana. **Multiletramentos e a cultura digital na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2024.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 3. ed. contextualizada. São Paulo: Contexto, 2023.

FISCHER, Adriana. **Letramentos digitais e desigualdade educativa: caminhos pós-pandemia**. reflexões e dados. Florianópolis: Editora da UFSC, 2022.

KLEIMAN, Angela B.; SANTOS, Cosme Batista dos (org.). **Agências de letramento e práticas de resistência na formação de leitores**. Campinas: Mercado de Letras, 2023.

MORAIS, Artur Gomes de; SILVA, Alexsandro da. **Alfabetização e letramento nos anos iniciais: a indissociabilidade na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Entre a história e as políticas de alfabetização no Brasil: o retrocesso do fônico**. São Paulo: Unesp, 2021.

OLIVEIRA, Maria do Socorro; SILVA, Wagner Rodrigues da. **Letramentos locais e escolares: conexão necessária na formação docente**. Campinas: Mercado de Letras, 2022.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Múltiplos letramentos e a literatura de periferia: saraus e hip-hop na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline Peixoto. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2023.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** São Paulo: Paulus Editora, 2021.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação.** Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: outubro de 2025.